



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL  
Comissão de Segurança Pública - SUPEL-COSEG

**TERMO**  
**DE ANÁLISE DE RECURSO ADMINISTRATIVO**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90296/2024/SUPEL/RO**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º: 0004.005570/2024-31/CBM/RO**

**OBJETO:** Aquisição de Veículo tipo AIF - Viatura Auto Incêndio Florestal com conjunto de combate a incêndio, de acordo com as condições, do Termo de Referência.

A Superintendência Estadual de Licitações - SUPEL, através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, nomeados por força das disposições contidas na **Portaria n.º 190 de 18 de julho de 2025**, publicada no DOE na data 22 de julho de 2025, em atenção ao **RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto pela empresa recorrente: **NISSEY MOTORS LTDA, CNPJ n.º 04.996.600/0001-02** e **CONTRARRAZÃO** apresentada pela recorrida: **AUTOVEMA MOTORS COMERCIO DE CAMIONETAS LTDA, CNPJ n.º 35.266.554/0001-10**, pessoas jurídicas de direito privado, passa a analisar e decidir, o que adiante segue.

**1. DA ADMISSIBILIDADE**

No presente caso, a empresa recorrente interpusera recurso administrativo em face do resultado da licitação, apresentando suas razões recursais, dentro do prazo estabelecido pela Lei n.º 14.133/21. Conforme preconiza o artigo 165 da referida legislação, a interposição do recurso deve ocorrer no prazo de 3 dias úteis contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

Registra-se ainda que o prazo para apresentação de contrarrazões é o mesmo do recurso, tendo início na data de intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso (art. 165 §4º).

Ao analisar os autos, especificamente na **Relação de Recursos e Contrarrazões no COMPRASGOV Id. (0067146135)** verifica-se que tanto a recorrente quanto a recorrida registraram suas manifestações dentro dos prazos estabelecidos. Além disso, as documentações apresentadas atendem aos requisitos formais exigidos pela lei, sendo assim admissível.

Dessa forma, considerando a regularidade do procedimento e o atendimento aos prazos legais, reconhece-se a admissibilidade do recurso administrativo interposto, como também a contrarrazão apresentada, prosseguindo-se, portanto, na análise do mérito das razões apresentada pela recorrente.

**2. DO RECURSO - EMPRESA NISSEY MOTORS LTDA, CNPJ N.º 04.996.600/0001-02 - ID. (0066982919) - ITEM 1**

O presente recurso administrativo foi interposto pela empresa **NISSEY MOTORS LTDA**, visando à impugnação da **CLASSIFICAÇÃO** da empresa **AUTOVEMA MOTORS COMERCIO DE CAMIONETAS LTDA**, no Pregão Eletrônico n.º 90296/2024/SUPEL/RO.

A recorrente sustenta a sua manifestação na Lei n.º 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações), subsidiariamente a Lei n.º 10.520/02 e aos princípios constitucionais da legalidade, isonomia e julgamento objetivo das propostas. No mérito, a empresa apresenta os seguintes fundamentos:

**1. A inadequação técnica do veículo MITSUBISHI TRITON GL MT 2026**, especificamente devido ao seu **motor bi-turbo**, que é incompatível com as especificações funcionais exigidas pelo Corpo de Bombeiros Militar de Rondônia (CBM/RO).

**2. Inadequação Técnica e Segurança Operacional:** que o motor bi-turbo compromete a segurança e a operacionalidade devido às suas características de funcionamento:

**2.1. Instabilidade operacional:** O motor bi-turbo opera com alternância de funcionamento entre os turbos, resultando em descontinuidade na entrega de potência e variações bruscas na aceleração.

**2.2. Risco em emergências:** Essa característica pode causar hesitação na aceleração e perda de tração em momentos críticos, como rotas de fuga ou emergências. Tais falhas comprometem a dirigibilidade em terrenos acidentados e não atendem ao requisito de aceleração linear e constante necessário para as atividades finalísticas do CBM/RO, que envolvem aclives e declives acentuados e terrenos de difícil acesso.

**3. Inadequação econômica e eficiência administrativa:** O recurso detalha que a escolha do motor bi-turbo viola os princípios da economicidade e eficiência, dada a sua menor durabilidade e o impacto no Custo Total de Propriedade (TCO):

**3.1. Complexidade e pontos de falha:** O motor bi-turbo possui maior complexidade mecânica (duplo sistema de sobrealimentação, mais componentes móveis e sistema de gerenciamento eletrônico sofisticado) e é estimado que tenha 40% mais pontos de falha que motores turbo intercooler convencionais. Além disso, opera com temperatura 15% a 20% superior, acelerando o desgaste.

**3.2. Vida útil reduzida:** A vida útil estimada para um motor bi-turbo é de 150.000 a 200.000 km, contra 300.000 a 400.000 km de um motor turbo intercooler convencional.

**3.3. Aumento de custos:**

**3.3.1.** A manutenção preventiva de 5 anos é de 60% a 75% mais cara, e a manutenção corretiva é de 100% a 120% mais cara no motor bi-turbo.

**3.3.2.** A projeção de custos em 10 anos de uso intensivo demonstra uma diferença de R\$ 70.000,00 por veículo em desfavor do motor bi-turbo.

**4. Disponibilidade operacional:** A menor confiabilidade reduz a disponibilidade da frota (estimada em 75-80% para o bi-turbo versus 90-95% para o convencional), resultando em maior tempo em oficina e comprometimento do serviço público.

Diante desse cenário, a recorrente informa sua conclusão técnica que a diferença no custo total de propriedade e a redução de 40% na vida útil do motor bi-turbo demonstram um grave prejuízo ao erário, violando os princípios da economicidade e da eficiência administrativa.

Ao final, a empresa **NISSEY MOTORS LTDA** requer:

**a) Pedido Principal:** A desclassificação da proposta da empresa recorrida por inadequação técnica do veículo ofertado.

**b) Pedidos Subsidiários/Alternativos:** Reclassificação das propostas com base em critérios técnicos e de segurança, ou a anulação do certame na fase de julgamento.

**c) Requerimento Técnico:** Análise técnica especializada e um estudo de viabilidade econômica comparativa.

Houve o registro de Contrarrazão ao recurso apresentado.

### 3. **DA SÍNTESE DA CONTRARRAZÃO - AUTOVEMA MOTORS COMERCIO DE CAMIONETAS LTDA ID. (0067146025) - ITEM 01**

De outro lado, a recorrida **AUTOVEMA MOTORS COMÉRCIO DE CAMIONETAS LTDA**, em sua contrarrazão, informou que a empresa **NISSEY MOTORS LTDA** interpôs recurso administrativo após a desclassificação de sua proposta por não atendimento aos requisitos técnicos previstos no edital.

Após análise, concluiu que o recurso carece de fundamentos técnicos e jurídicos capazes de ensejar a modificação da decisão adotada pela Comissão.

Os argumentos apresentados quanto à suposta incompatibilidade de motores bi-turbo com as operações do Corpo de Bombeiros Militar de Rondônia não encontram respaldo técnico. Veículos da marca Mitsubishi possuem histórico de utilização na frota do Governo do Estado de Rondônia, inclusive no âmbito do CBM/RO, sem registros de inadequação operacional, sendo reconhecidos por sua eficiência, confiabilidade e durabilidade.

A empresa ressalta que a desclassificação da empresa **NISSEY MOTORS LTDA** ocorreu, principalmente, pelo não atendimento a requisito técnico essencial previsto no edital, consistente na **ausência do sistema de assistência em frenagem de emergência**, item indispensável para a segurança e a operacionalidade de veículos utilizados por órgãos de segurança pública.

A **AUTOVEMA MOTORS COMERCIO DE CAMIONETAS LTDA** afirma que o pedido de reclassificação, bem como o requerimento alternativo de anulação do certame, não se sustentam, uma vez que não foi demonstrada a existência de vício insanável que justificasse a invalidação do procedimento licitatório. Verifica-se que o recurso foi utilizado de forma inadequada, com caráter meramente protelatório, em afronta aos princípios da eficiência e do interesse público previstos na Lei n.º 14.133/2021.

Diante do exposto, a recorrida manifesta-se pelo não provimento do recurso interposto pela empresa **NISSEY MOTORS LTDA**, mantendo-se a decisão de desclassificação anteriormente proferida.

#### **DAS ANÁLISES**

Cumprе dizer, desde logo, que as decisões tomadas no contexto deste processo licitatório, estão em perfeita consonância com as determinações legais, tendo sido observada a submissão aos princípios da legalidade, da razoabilidade, celeridade e eficiência, bem como ao julgamento objetivo e vinculação ao instrumento convocatório, bem como os demais princípios que lhe são correlatos.

As formalidades descritas no instrumento convocatório foram alinhadas ao Termo de Referência, e devem ser cumpridas, sem que se deixe de observar, contudo, os fins a que se destinam, assim, excessos de rigorismo não podem afastar competidores e prejudicar os usuários.

Deve-se, portanto, afastar as exigências inúteis ou excessivas que possam diminuir o caráter competitivo do certame, possibilitando à Administração a escolha da proposta que lhe seja mais vantajosa.

#### **Assim, passamos a expor.**

Cabe destacar o teor da Análise n.º 5/2025/CBM-SEMANC apresentada pela Unidade Requisitante Id. (0067224652):

*"Análise nº 5/2025/CBM-SEMANC*

*Em atenção ao Despacho CBM-DLOG (ID 0067211370), onde solicita análise e manifestação técnica do Recurso apresentado pela NISSEY MOTORS (ID 0066982919) e Contrarrazões da empresa AUTOVEMA MOTORS (ID 0067146025), segue:*

#### **MANIFESTAÇÃO TÉCNICA - ANÁLISE DE RECURSO E CONTRARRAÇÕES**

**I - DO OBJETO DA MANIFESTAÇÃO**

A presente manifestação tem por finalidade analisar o Recurso interposto pela empresa NISSEY MOTORS LTDA, e as Contrarrazões apresentadas pela empresa AUTOVEM MOTORS COMÉRCIO DE CAMIONETAS LTDA, referentes ao julgamento das propostas do certame em referência.

Registra-se que este relator não possui formação em engenharia mecânica, não detém capacidade técnica para avaliar os itens de natureza estritamente mecânica e de engenharia elencados no recurso, tais como durabilidade de componentes, funcionamento interno de motores, vida útil, desempenho de sistemas bi-turbo, pontos de falha, entre outros aspectos de natureza eminentemente especializada.

Da mesma forma, este relator não adente na avaliação de valores, preços ou diferenças financeiras entre os modelos ofertados, pois tais aspectos não constituem o foco desta análise e extrapolam o escopo da competência deste parecer.

A análise abaixo, portanto, limita-se à coerência das alegações, ao cumprimento das especificações do edital e ao confronto entre recurso e contrarrazões.

**II - SÍNTESE DO RECURSO DA EMPRESA NISSEY MOTORS**

A empresa NISSEY sustenta, em síntese, que:

1 - O veículo ofertado pela AUTOVEMA, com motor bi-turbo, apresentaria incompatibilidades técnicas para uso operacional do CBM/RO;

2 - Alega que o motor bi-turbo teria:

- entrega de potência irregular;
- menor vida útil;
- maior custo de manutenção;
- risco operacional em situações emergenciais.

3 - Apresenta argumentações e comparativos gerais com motores turbo intercooler convencionais;

4 - Requer:

- desclassificação da AUTOVEMA;
- reclassificação da própria proposta;
- ou anulação do certame;

5 - Solicita expressamente análise técnica por engenheiro mecânico.

**III - SÍNTESE DAS CONTRARRAZÕES DA EMPRESA AUTOVEMA**

A empresa AUTOVEMA apresenta, em resumo, que:

1 - O recurso seria protelatório e destituído de fundamentos técnicos;

2 - Defende que o motor bi-turbo Mitsubishi possui:

- alta eficiência;
- durabilidade;
- desempenho adequado para o uso severo;

3 - alega que o CBMRO possui histórico positivo com veículos Mitsubishi

4 - Aponta que a empresa NISSEY foi desclassificada por não atender a requisito técnico essencial, qual o SISTEMA DE ASSISTÊNCIA DE FRENAGEM DE EMERGÊNCIA, e por motivo não poderia ser reclassificada;

5 - Argumenta que o pedido de anulação do certame é infundado;

6 - Requer improcedência no recurso.

**IV - ANÁLISE**

1 - As alegações da NISSEY apresentam diversas informações técnicas comparativas, porém não acompanham laudos, pareceres de engenheiros, testes de desempenho ou documentos oficiais de fabricantes que comprovem de forma objetiva as supostas inadequações.

- A própria recorrente reconhece ao final que a avaliação necessária de estudo por engenheiro mecânico.
- As afirmações da recorrente abordam diversos aspectos de engenharia mecânica, tais como:
- funcionamento alternado de turbinas;
- supostas quebras de aceleração;
- estimativas de vida útil;
- cálculos de desgaste;
- custos de manutenção ao longo dos anos.

## 2 - Da defesa apresentada pela AUTOVEMA.

A AUTOVEMA contrapõe afirmando que:

- a tecnologia bi-turbo é amplamente utilizada;
- atende aos requisitos de durabilidade e desempenho;
- o CBMRO já possui frota da marca sem registros relevantes de falhas.

Tais alegações também não foram acompanhadas de documentação técnica aprofundada, porém são coerentes com a prática comum de uso destes motores em diversos órgãos públicos.

## 3 - Sobre a questão do requisito técnico não atendido pela NISSEY.

O ponto mais objetivo presente nos autos é aquele destacado pela AUTOVEMA:

"A NISSEY teria sido desclassificada por não atender ao requisito obrigatório do **"Sistema de Assistência em Frenagem de Emergência"**, constando no edital como exigência.

Caso confirmado no julgamento anterior, trata-se de descumprimento de especificação técnica obrigatória, o que impede reclassificação da empresa, independentemente de comparativos entre motores.

Esse ponto é **claro, objetivo e documental**, diferentemente das alegações sobre motores.

## 4 - Sobre o pedido de anulação do certame.

Não há, nos argumentos apresentados pela recorrente, indícios de:

- erro grave no edital;
- falha insanável no julgamento;
- vício procedimental.

As alegações são voltadas ao desempenho e características técnicas, mas não apontam falha formal ou ilegalidade no processo.

## 5 - Necessidade de parecer especializado.

Tendo em vista ambas as empresas apresentam seus argumentos sobre desempenho mecânico, e que a NISSEY solicita expressamente avaliação por engenheiro mecânico, entende-se que:

Uma análise técnica especializada poderia de fato elucidar as características do motor ofertado.

Entretanto, a decisão administrativa deve priorizar critérios do edital. E considerando que a própria NISSEY teria descumprido requisito técnico essencial, e ponto já seria suficiente para manter a desclassificação.

## 6 - Análise de Valores e custos dos veículos.

Considerando que parte das alegações da recorrente aborda custos de manutenção, vida útil e diferenças econômicas, **registra-se expressamente que este relator não adentra no mérito financeiro ou comparativo de valores**, por não constituir objeto da presente análise nem haver competência técnica ou contábil designada para tal avaliação.

## V - CONCLUSÃO

Após análise das razões recursais apresentadas pela empresa Nissey Motors e das contrarrazões ofertadas pela empresa Autovema Motors, verifica-se que ambas as partes sustentam seus argumentos com base em aspectos técnicos comparativos entre os veículos ofertados, destacando, sobretudo, características de motorização e desempenho operacional.

Entretanto, este relator não possui formação em engenharia mecânica para avaliar elementos mecânicos ou funcionais apontados pelas empresas, especialmente no que diz respeito a

*desempenho de motores, durabilidade, vida útil ou superioridade tecnológica entre os modelos apresentados.*

*Ressalta-se, ainda, que não compete a este relator adentrar no mérito de avaliação de valores dos veículos, devendo a análise restringir-se ao atendimento ou não das especificações previstas no edital.*

*Assim, ainda que a Hilux seja apresentada no recurso como veículo potencialmente superior sob determinados aspectos, a Administração deve observar estritamente as exigências constantes no Termo de Referência, sendo este o instrumento que define de forma objetiva as características técnicas mínimas obrigatórias para a correta avaliação das propostas.*

*Dessa forma, a conclusão deve se ater ao cumprimento das especificações editalícias, não cabendo comparar modelos por características não previstas ou não exigidas. Caso a proposta ofertada pela empresa não atenda a algum requisito obrigatório disposto no Termo de Referência, justifica-se sua desclassificação, independentemente de eventual superioridade técnica do veículo apresentado.*

*Após as análises dos documentos apresentados, opina-se:*

*1 - Pelo não provimento do Recurso da empresa NISSEY Motors Ltda, uma vez que:*

*- Suas alegações sobre inadequação do motor bi-turbo carecem de comprovação técnica especializada;*

*- A própria recorrente reconhece que seria necessária avaliação por engenheiro mecânico, não anexada ao recurso;*

*- Há registro documental de que sua proposta não atendeu a requisito técnico essencial (Sistema de Assistência em Frenagem de Emergência), o que impede reclassificação.*

*2 - Pela manutenção da decisão de classificação da proposta da AUTOVEMA, salvo se a Comissão entender necessária análise técnica especializada sobre o motor ofertado, o que extrapola a competência deste relator.*

*Por fim, cumpre ressaltar que o posicionamento aqui apresentado tem caráter meramente técnico básico e opinativo, não se configurando como manifestação vinculante. A decisão final quanto ao mérito recursal cabe exclusivamente à autoridade competente.*

*Sem mais para o momento, permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.*

*Respeitosamente,*

*Porto Velho–RO, data e hora da assinatura eletrônica.*

**GERALDO ADRIANO PIO MACEDO - 1º SGT BM**

*Chefe da Seção de Manutenção"*

Com base na análise do recurso administrativo interposto e no parecer técnico emitido, especialmente à luz do princípio da autotutela administrativa que atribui à Administração Pública o dever e a prerrogativa de revisar seus próprios atos quando constatada ilegalidade ou vício, impõe-se manter a decisão que classificou a proposta da empresa **AUTOVEMA MOTORS COMÉRCIO DE CAMIONETAS LTDA**,.

Dessa forma, não há necessidade de reavaliação do ato de habilitação da empresa, tampouco da proposta apresentada para o item 01, uma vez que tais aspectos já foram devidamente analisados no âmbito do Pregão Eletrônico n.º 90296/2024/SUPEL/RO.

Assim, a conclusão desta Pregoeira e as decisões adotadas devem se restringir à verificação do atendimento às especificações estabelecidas no Edital, não sendo cabível a comparação entre modelos com base em características não previstas ou não exigidas.

No que se refere à manutenção da proposta apresentada pela empresa **NISSEY MOTORS LTDA**, verifica-se que a licitante não atendeu aos requisitos obrigatórios previstos no Termo de Referência, circunstância que motivou sua desclassificação. Tal medida encontrou amparo nos princípios da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, previstos nos arts. 5º e 11 da Lei n.º 14.133/2021, segundo os quais a Administração e os licitantes ficam estritamente vinculados às regras

estabelecidas no Edital e seus anexos, sendo vedada a flexibilização ou relativização de exigências obrigatórias após a apresentação das propostas.

Assim, admitir proposta em desacordo com as especificações técnicas exigidas configuraria violação aos referidos princípios, além de comprometer a isonomia entre os licitantes e a segurança jurídica do certame, razão pela qual se mantém a desclassificação da empresa.

### DA DECISÃO

Em suma, pelas razões de fato e de direito apresentadas, e considerando que a Administração Pública, no âmbito da licitação está vinculada aos princípios da legalidade, razoabilidade, eficiência, bem como aos demais princípios correlatos e às normas estabelecidas no Instrumento Convocatório, **conhecemos o recurso interposto pela empresa NISSEY MOTORS LTDA, CNPJ n.º 04.996.600/0001-02 e a contrarrazão apresentada pela empresa AUTOVEMA MOTORS COMERCIO DE CAMIONETAS LTDA, CNPJ n.º 35.266.554/0001-10, opinando pelo provimento, passando a julgar:**

No mérito, **NEGA-SE PROVIMENTO AO RECURSO INTERPOSTO PELA EMPRESA NISSEY MOTORS LTDA, CNPJ n.º 04.996.600/0001-02**, mantendo-se sua **desclassificação por não atender aos requisitos técnicos de apresentação da proposta exigidos no edital.**

Por outro lado, **DÁ-SE PROVIMENTO ÀS CONTRARRAZÕES APRESENTADAS PELA EMPRESA AUTOVEMA MOTORS COMERCIO DE CAMIONETAS LTDA, CNPJ n.º 35.266.554/0001-10, para o item 01 do certame**, mantendo-se sua proposta como válida e classificada, nos termos do julgamento realizado.

Submete-se a presente decisão à análise da Senhora Superintendente Estadual de Compras e Licitações, para decisão final.

Porto Velho, 22 de dezembro de 2025.

**NADIANE DA COSTA LAIA**

Pregoeira da Comissão de Segurança Pública - COSEG/SUPEL

Portaria n.º 190 de 18 de julho de 2025



Documento assinado eletronicamente por **Nadiane da Costa Laia, Pregoeiro(a)**, em 22/12/2025, às 11:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **67674053** e o código CRC **ADA69411**.